

Aprovada CPI para investigar remuneração de secretária

Secretária da Fazenda de Novo Hamburgo recebe dois salários

Juliano Piasentin
juliano.piasentin@gruposinos.com.br

Novo Hamburgo - Foi aprovado na quarta-feira (10) o requerimento 845/2026, que autoriza a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o salário da secretária municipal da Fazenda, Michele Vargas Antonello.

O documento havia sido protocolado na segunda-feira (8) na Câmara de Vereadores e teve oito votos favoráveis e seis contrários (veja abaixo como votaram os vereadores).

Para que a abertura da CPI fosse aprovada era necessário que a maioria absoluta dos vereadores de Novo Hamburgo fosse favorável ao tema proposto por Cristiano Coller (PP), Daia Hanich (MDB), Deza Guerreiro (PP), Enio Brizola (PT) e Professora Luciana Martins (PT).

O objetivo da comissão é investigar a situação contratual de Michele, que desde que assumiu o cargo, em fevereiro de 2025, recebe o salário integral de secretária em Novo Hamburgo (R\$ 14,7 mil) e ainda como agente administrativa concursada na Prefeitura

de Santa Maria (R\$ 5,3 mil), onde é concursada e não exerce a função.

Os valores pagos pelo município da região central do Estado são ressarcidos pela Prefeitura de Novo Hamburgo, já que a cedência da servidora foi considerada com ônus para Santa Maria.

O Executivo santamaricense encaminha todos os meses um ofício para Novo Hamburgo com os valores a serem ressarcidos. “Normalmente, os pagamentos são realizados em uma média de 60 dias, mas não há prazo definido”, explica a administração de Santa Maria.

A Prefeitura de Novo Hamburgo nega irregularidades e diz que processos administrativos de cedência são realizados por servidores concursados. “Responsáveis pela análise técnica e pela condução dos atos administrativos, sem interferência política em qualquer etapa do processo”, cita, em nota.

Projeto de lei

Ao defender a abertura da CPI, o vereador Cristiano Coller afirmou que um dos papéis dos parlamentares é a fiscalização



Câmara de Vereadores votou requerimento nesta quarta

de atos do Poder Executivo. “Estamos aqui para investigar e dar uma resposta à comunidade que nos cobra dia a dia. Afinal, quem não deve, não teme.”

Coller foi um dos proponentes da CPI e relatou que, se não houvesse erro, o Executivo não teria encaminhado à Câmara o Projeto de Lei Complementar nº 5/2026. “O projeto inclusive quer covalidar o que já aconteceu”, completa.

No que se refere ao PLC 5, o vereador Giovanni Caju (PP), secretário da Comissão de Competitividade, Economia, Finanças, Orçamento e Planejamento (Cofin), explicou que, em reunião na manhã de quarta-feira, o projeto foi devolvido à Prefeitura.

“Realizamos alguns apontamentos que deveriam ser revistos. Entre eles está o fato de covalidar atos passados.”

Segundo Caju, que foi contra a abertura da CPI, o convite feito à secretária da Fazenda para comparecer na Câmara no dia 13 de julho e o trabalho da Cofin corroboram para possíveis esclarecimentos.

Próximos passos

A CPI terá as primeiras definições em até sete dias. Esse é o prazo para que os membros da comissão sejam indicados pela liderança de cada partido com assento no Legislativo. Após a nomeação, ela precisa ser instalada em no máximo sete dias, totalizando prazos iniciais de 14 dias.

O que diz a Prefeitura de N. Hamburgo

O Município informa que recebeu com tranquilidade a decisão do Poder Legislativo de instaurar Comissão Parlamentar de Inquérito, por se tratar de prerrogativa exclusiva da Câmara de Vereadores.

“No que se refere ao processo administrativo de cedência, é importante esclarecer que a instrução documental ocorreu no âmbito da Secretaria de Gestão, Governança e Desburocratização à época (janeiro e fevereiro de 2025), por meio da Diretoria de Desenvolvimento Humano.

Inclusive, o ofício que solicitou a cedência à Prefeitura de Santa Maria, prevendo a sistemática de ressarcimento por parte

de Novo Hamburgo, foi expedido por parte desta pasta. Este foi o único documento emitido pelo Município especificamente para viabilização do processo de cedência. Portanto, nenhuma ação relacionada a este caso teve assinatura do prefeito Gustavo Finck.

Desta forma, os documentos e registros administrativos existentes permitirão que qualquer apuração ocorra com base em elementos objetivos e oficialmente constituídos”, completa a nota.

A Prefeitura salienta que, em momento algum, busca atribuir responsabilidade a qualquer agente público ou servidor em relação aos procedimentos mencionados.

Como votaram os vereadores

A FAVOR

Cristiano Coller (PP)

Daia Hanich (MDB)

Deza Guerreiro (PP)

Enio Brizola (PT)

Felipe Kuhn Braun (PSDB)

Joelson de Araújo (Republicanos)

Élton Ávila (Podemos)

Professora Luciana Martins (PT)

CONTRA

Ico Heming (Podemos)

Ito Luciano (Podemos)

Ricardo Ritter (MDB)

Nor Boeno (MDB)

Giovanni Caju (PP)

Juliano Souto (PL)

Mais notícias sobre a política local você confere em abcm.com/politica



Tá na Mesa reuniu três dos principais pré-candidatos

Pré-candidatos ao Piratini debatem na Federasul

Porto Alegre - Durante o Tá na Mesa, evento da Federasul realizado na tarde de quarta-feira (10), na sede da entidade, os pré-candidatos ao governo do Estado Gabriel Souza (MDB), Juliana Brizola (PDT) e Marcelo Maranata (PSDB) debateram temas como educação, saúde, segurança pública e infraestrutura. Luciano Zucco (PL) não participou do debate devido a compromissos em Brasília.

No primeiro bloco, candidatos puderam fazer suas considerações iniciais. Já no segundo, teve sorteio de três temas. O nome selecionado poderia escolher a quem faria a pergunta, com direito a réplica e tréplica.

Dívida pública

Em relação à dívida pública, Souza defendeu continuar com Estado enxuto, através de concessões.

“Como tu (Juliana) vai conseguir equilibrar as contas do Estado, prometendo aumentar o teto de gastos?”, perguntou Souza.

Juliana defendeu articulação política com diferentes segmentos políticos. Segundo ela, falta isso no atual governo para minimizar a dívida. “A curto prazo, precisamos prorrogar o Funrigs. Lula foi sensível ao tema. Nesses dois anos, vamos ganhar fôlego para articular com a União, independentemente do partido.”

Maranata apontou a desburocratização como caminho para elevar os investimentos no Estado e diminuir a dívida. “Gabriel não tem coragem de contratar empresa por disputa de licitação. Não é qualquer empresa, mas a que fez o projeto. Essa empresa sabe cada linha. Isso reduziria tempo e gasto.” (Geison Souza)

Estado quer aval da AL para empréstimo internacional

Porto Alegre - O governo do Estado protocolou na Assembleia Legislativa, na tarde de quarta-feira (1), projeto de lei que autoriza a contratação de operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia da União, voltada ao financiamento de ações em desastres naturais.

A proposta prevê a captação de até US\$ 332 milhões no âmbito da linha de crédito denominada “Contingent Credit Facility for Natural Disaster and Public Health Emergencies” - CCF (Crédito Contingente para Desastres Naturais e Emergências de Saúde Pública). De acordo com

o texto do projeto, o objetivo é assegurar suporte financeiro imediato ao Estado, garantindo liquidez para o enfrentamento de desastres naturais de grande magnitude.

O diferencial desse modelo de empréstimo é que funciona de maneira preventiva. Ao contrário dos financiamentos tradicionais, que só começam a ser negociados depois que o desastre ocorre, esse contrato é fechado de forma antecipada. O valor só será acessado, contudo, se houver necessidade. Caso ocorra uma emergência que se enquadre nas regras do contrato, a liberação do dinheiro é feita de forma ágil, em até cinco dias.